

Transfeminismo no Regime Farmaco- pornográfico¹

Beatriz Preciado

Tradução de Thiago Coacci

Estou aqui nesse belo dia e tenho muitíssima vontade de falar e escutar o que vocês tem a me dizer. Digo *vosotras* e *vosotros*²: falarei com vocês, aqui na sala, no feminino e no masculino porque não parto do pressuposto que todas as pessoas aqui se identificam como mulheres, independente do fato de que aparentem como tal. Então, me dirigirei a vocês na sala no masculino e no feminino. Sei que isso inquieta muitas pessoas que participam nesse tipo de encontro, mas para mim é absolutamente fundamental não pressupor o gênero e a sexualidade de quem frequenta ambientes feministas. Verão que falarei de mim mesma e mim mesmo alternativamente no feminino e no masculino e espero que não os incomodem. Digo porque algumas vezes isso levanta discussões no início dos encontros nas comunidades feministas.

O que desejo fazer com vocês é, rever alguns instrumentos conceituais com os quais o feminismo já trabalhou no passado ou com os quais o

1 Originalmente publicado no livro *Le cinque giornate lesbiche in teoria*, o presente texto é a transcrição de uma fala realizada por Beatriz Preciado na conferência que leva o mesmo nome do livro, realizada em Roma de 2 a 6 de Junho de 2010. A palestra foi realizada em espanhol, mas traduzida para o Italiano e publicada juntamente com a transcrição das outras falas no referido livro. É desse texto em italiano que foi realizada a tradução.

2 N do T: não há no português pronomes que flexionem em gênero que possam substituir *vosotros* e *vosotras*, além disso, mesmo no original em Italiano os termos em espanhol estavam presentes.

feminismo contemporâneo trabalha, para ver em que medida estes instrumentos produzem estratégias eficazes ou ineficazes no contexto político contemporâneo. Espero que a parte teórica não seja um estorvo, e em apoio ao que sustento desejo citar Judy Chicago, a qual dizia que para começar a ser feminista deve-se parar de ser estúpida. Nesse sentido creio que há necessidade de teoria, há necessidade de novos conceitos, de linguagens a fim de intervir criticamente nos contextos sociais e políticos nos quais nos encontramos. É absolutamente fundamental rever as linguagens, as representações, as teorias, os discursos com os quais trabalhamos, inclusive nos mesmas e nos mesmos.

O que quero fazer aqui com você é tentar elaborar uma gramática política que nos possibilite discutir as novas formas de controle do corpo e de produção das identidades sexuais que, como lhes contarei, aparecem depois da segunda guerra mundial, porque não me parece que, até o presente momento, temos refletido politicamente sobre elas. O que falarei faz parte de um pequeno projeto de pesquisa e experimentação corporal sobre o qual trabalhei para o meu livro *Testo Yonqui*.

Ainda que possa parecer estranho, em 2008, comecei a autoadministrar testosterona. Como vocês sabem, a testosterona é um hormônio tradicionalmente considerado pelo sistema médico como um hormônio masculino (é pensado no masculino: não existem hormônios masculinos!) e o qual não se pode ter acesso se não por meio de um protocolo de transexualização. Então, para poder ter acesso a testosterona deve declarar-se disfórico de gênero, ou seja, doente mental e transformar-se

em objeto do sistema médico e jurídico estatal que permite, então, àqueles objetos o acesso as biotecnologias corporais que permitirão um conjunto de mudanças.

Vocês me perguntarão - e é a pergunta que todos me faziam quando comecei a escrever sobre esse processo de intoxicação voluntária - por que tomar a testosterona. O que aconteceu comigo, no início dos anos dois mil, é que a maior parte das minhas amigas - lésbicas, radicais, feministas - que também passaram muito tempo nos ambientes separatistas radicais, começaram a tomar a testosterona e a mudar o gênero. De feministas radicais estavam se transformando em transexuais. Vivendo nesse espaço de várias comunidades, lésbicas, transexuais, transgêneros, em que circula muitas substâncias e muitos líquidos diversos como a cocaína, heroína, prozac, álcool - coisas que todos usamos e que se infiltra no corpo em modo diverso - me parecia estranho renunciar a uma dessas substâncias apenas porque era necessário passar por um protocolo estatal de mudança de sexo. Decidi, então, a não passar por aquele protocolo, por romper com o estatuto médico-jurídico da transexualidade e começar tomar testosterona por conta própria.

Assim, ao invés de me declarar disfórico ou disfórica de gênero, decidi utilizar a noção de *yonqui* (em inglês junkie; português viciado) que em qualquer modo já possuía uma tradição seja na pesquisa experimental, seja na política experimental, a partir do final do séc XIX. Por este motivo o livro é escrito como um protocolo de intoxicação voluntária. Não é uma coisa totalmente nova: já existiram alguns pensadores auto-cobaias que

experimentaram com seu próprio corpo, usando-o como uma plataforma política. Por exemplo Freud com a cocaína, Benjamin com o hashish, etc. Muitos pensadores escreveram diários de intoxicação voluntária no início do século XX.

Tenho a impressão de que talvez estejam pensando: de que coisa ela está falando? Enquanto comunidade virtual lésbica, imaginam que eu esteja aqui para falar sobre feminismo, uma coisa que já sabemos o que é. Mas eu estou dizendo que não sabemos que coisa é! O feminismo é um projeto que estamos construindo e não o que temos falado sempre e que vocês esperam que eu ainda fale essa noite.

Vocês viram a fotografia de Leonid Ivanivic Rogozov projetada aqui, um médico que explora a Antártida no ano de 1961. Atingido por um ataque de apendicite, deve abrir , sozinho, sua própria barriga e operar a si mesmo com a ajuda de um espelho. O trabalho que fazemos com gênero e sexualidade é em parte parecido com o que Rogozov faz com sua apendicite: um exercício de auto-operação. Por isso proponho a vocês a imagem de um ciborgue que ajusta a si mesmo (neutro/masculino/feminino), porque uma das ideias com que trabalharei aqui é que as identidades sexual e de gênero são construídas. Não se trata de dizer simplesmente que são construídas, já vimos que são. A questão não é se são construídas, mas se é possível intervir nesse processo de construção: é necessário abrir a caixa preta dos processos de construção do gênero e da sexualidade que, se são construídos, podem ser desconstruídos, reconstruídos, manipulados, transformados, etc. Creio que esse seja o trabalho do feminismo.

Quando comecei a tomar a testosterona, o que me interessava nesse procedimento não era mudar o sexo, não era transformar-me em homem. Não acredito na masculinidade e feminilidade como identidades naturais; as considero funções políticas e refuto também a inscrição, a assimilação ao gênero feminino. Como consequência não posso tomar a testosterona para me tornar um homem.

Então, quando comecei este processo, decidi empreender, ao mesmo tempo, um trabalho de pesquisa, elaborando uma genealogia política dos hormônios, indagando sobre a maneira em que os hormônios eram conhecidos e considerados um objeto cultural e técnico do final do século XIX em seguinte. Enquanto seguia com o processo de experimentação corpórea, comecei uma pesquisa, se é que se pode dizer, teórica, sobre a genealogia política dos hormônios, especificamente sobre os processos de construção técnica e semiótica, discursiva e cultural daquilo que normalmente chamamos de hormônios e que consideramos simples objetos naturais, biológicos - e não imaginem que essa minha experiência com a testosterona tenha sido algo maravilhoso porque, enquanto tomava, passava todos os dias na biblioteca.

Aquilo que direi por meio dessa genealogia dos hormônios é, em parte, associado aos anos de debates feministas sobre o essencialismo e o construcionismo, teorias naturalistas e teorias performativas - debates não resolvíveis porque, embora saibamos que as identidades são construídas, não sabemos exatamente quais são os processos biotecnológicos de suas construções. Quando digo construcionistas e naturalistas, não digo de maneira pejorativa, não em relação aos construcionistas, nem ao menos aos

essencialistas: são duas posições teóricas nobres, interessantes para o diálogo. Acredito que com o passar dos anos, com algumas exceções, e dentre essas certamente a mais importante é Donna Haraway, houve uma cisão entre linguagem e discurso: por uma parte pelos construcionistas, que explicam performativamente o gênero por meio de um aparato discursivo bastante complexo, e por outra parte os essencialistas que se ocupam de tudo que se relaciona ao corpo, a maternidade, o afeto. Olhe que divisão, também política!

Hoje no feminismo buscamos linguagens e práticas para explicar seja os processos performativos da construção, seja o aspecto biológico do sexo, na tentativa de recuperar aquilo que pensávamos que estivesse estagnado nos estudos essencialistas e que não se podia tocar. Abrimos, então, o discurso performativo a certos elementos do essencialismo, dos quais alguns o discurso construcionista tinha medo: o corpo, os fluidos, a doença, a invalidez e etc.

Durante a pesquisa, os hormônios me apareceram como um modelo possível para pensar a ação política contemporânea. Através de uma história crítica dos hormônios podemos compreender que, sobretudo a partir dos anos cinquenta do século passado, aparece e se instaura um novo regime de controle e de produção do corpo, que desse ponto de vista não estava analisado na história da sexualidade com que trabalha a teoria *queer*, fundamentalmente derivada de Michel Foucault.

Se a questão dos hormônios no momento parece para vocês, periférica ou banal, verão daqui a pouco que não é. A noção de hormônio é

extremamente moderna, aparece no ano de 1905, contemporânea a teoria do inconsciente de Sigmund Freud, mas sobretudo contemporânea a invenção do rádio e daquilo que será a conexão sem fio, a telecomunicação. Além das teorias morfológicas sobre o sexo e a reprodução que dominam o discurso do século XX, surge uma teoria sobre o que, a época, é chamado sexo (porque a noção de gênero ainda não existia): sobre o sexo como meio de comunicação de massa, mídia de massa.

Peço, mais uma vez, paciência se parece que traço um longo caminho de ficção científica. Mas o que parece ficção científica é, na realidade, um terreno político. Hoje o nosso terreno político não é mais os debates sobre identidade, mas esse. A pergunta sobre quais são os processos de construção das identidades sexuais e de gênero não podemos responder apenas performativamente, devemos interrogar, também, os processos técnicos e biológicos de construção política.

Quando falava das teorias dos hormônios do início do século XX como uma teoria das telecomunicações, eu buscava romper com o modelo estético e morfológico que domina a definição da masculinidade e da feminilidade no séc. XIX para propor um modelo de comunicação a distância. Ernest Starling e Arnold Berthold são os dois médicos que inventaram a noção de hormônios como transmissores sexuais capazes de agir a distância, de carregar mensagens, como um cartão postal.

Mas retornaremos, por hora, a que coisa pode significar descobrir como se constroem hoje as identidades sexuais e de gênero.

Quando comecei a trabalhar sobre hormônios, tive que levar em conta

a história da sexualidade com a qual as feministas *queer* da minha geração e tradição trabalharam. Como teórica, me refiro principalmente a Judith Butler e Teresa de Lauretis. Há, também, a Donna Haraway, mas nela a questão é muito mais complexa e levaria muito longe.

Com qual história da sexualidade temos feito teoria política até agora? A história usada pelo feminismo se baseia em parte sobre a leitura e interpretação dos textos de Foucault, o qual, como sabemos, nunca utilizou a noção de gênero e se manteve relativamente distante dos discursos e da prática política do feminismo em seu tempo. Nos anos oitenta um grupo de feministas americanas traduz Foucault e tenta, de qualquer forma, dar conteúdo feminista a suas análises históricas e genealógicas. Como mencionava antes, uma das interpretações que podemos dar a teoria *queer* é que seja uma leitura feminista de Foucault; a teoria *queer* seria, na prática, um dos resultados dessa leitura.

Foucault pensava a sexualidade como uma passagem de um regime de poder e produção do corpo que ele define como *soberano* a um regime que chama de *disciplinário*, passagem essa que se passa no séc. XVIII. O regime soberano pre-moderno de produção da sexualidade e do corpo se exprimia fundamentalmente por meio de um poder vertical relacionado com o corpo como um poder de dar a morte. Isso me parece que corresponde ao que vemos hoje na política, nos nossos modos modernos de pensar a violência de gênero, a cultura da guerra e etc. Para Foucault os regimes de poder anteriores ao séc. XVIII eram regimes em que o soberano possuía o poder de dar a morte a seus próprios súditos - um tipo de regime em que o discurso, a

semiologia que convalida esse poder é teocrático e absoluto, não opinável. Mas a partir do séc. XVIII há uma mudança nas formas de governo do corpo, que não se dão mais por meio do poder de dar a morte, mas pela administração e gestão da vida. Aquilo que me interessa é que no ano de 1975 Foucault utiliza a noção de biopolítica para falar da arte de governar “o corpo livre”, conceito chave daquela que será a identidade sexual na modernidade. Significa um sujeito dotado de uma loucura política suficientemente grande que, esse sujeito, permite a mim dizer quando esse fala de sua própria identidade. É a questão da liberdade!

Na verdade Foucault não inventa essa noção, mas resgata dos discursos nazistas dos anos 30. São as políticas nazistas, do fascismo alemão dos anos trinta que inventam essa noção de biopolítica para falar da gestão da vida da população, e em particular para realizar uma metodologia de purificação da raça.

Isso nos ajuda a refletir sobre as conexões políticas de alguns elementos que atravessam até as políticas feministas. Penso eu que o feminismo é um dos primeiros discursos contra a biopolítica, uma das primeiras práticas de resistência aos regimes biopolíticos. Compreendendo bem isso, podemos nos comprometer - politicamente, juntas, coletivamente, hoje, aqui - a pensar quais são as estratégias de resistência a biopolítica contemporânea.

Do ponto de vista da história da sexualidade podemos dizer que há três características fundamentais, isto é, três eixos de relações entre corpo e poder, de produção tecnopolítica do corpo (que Foucault definia como

somatopolítico) que determinam o modo em que o século XIX pensava a identidade sexual. Alguns desses são presentes e válidos ainda hoje, outros, em vez, foram substituídos.

Para começar, em 1868 se inventa a sexualidade como identidade e no final do século se inventou, mais particularmente, as noções de heterossexualidade e homossexualidade, que não existiam antes. Em uma assembleia política como a nossa é necessária a máxima precisão conceitual, então, devemos considerar que um dos conceitos sobre os quais repousam essas construções identitárias nasce internamente a um debate médico e jurídico sobre a gestão da dissidência sexual, ou seja, diz respeito a a corpos dissidentes em um espaço público fundamentalmente branco, colonial, centroeuropeu. Como se constrói a identidade heterossexual e homossexual no fim do séc. XIX é absolutamente claro: a noção de homossexualidade sobre a qual fundamos a nossa política a partir do fim dos anos 60 é uma técnica de gestão biopolítica. Devemos estar conscientes disso.

Alguns elementos caracterizam a formação do regime sexual disciplinar do séc XIX. A aparição das noções de heterossexualidade e homossexualidade como identidade sexual e depois como “verdade anatômica” é o primeiro dos elementos que caracterizam a formação discursiva biopolítica disciplinar surgida no séc. XIX. O segundo é uma conexão estreita entre sexo e reprodução. A qual emerge como parte de um programa de gestão política da reprodução das populações, um sistema institucional e social de assistência médica e jurídica que permite estabelecer uma continuidade radical entre sexo e reprodução. Vale dizer que qualquer ato sexual deve poder dar lugar a uma

reprodução sexual. Isso explica a patologização de certas práticas sexuais: a homossexualidade não é mais compreendida como uma verdade anatômica, mas como uma prática sexual que coloca em perigo a conexão entre sexo e reprodução, assim como a masturbação, e sobretudo a mão que masturba. O mesmo ocorre com a sexualidade anal: o ânus é um orifício que em qualquer modo coloca em discussão ou faz explodir a possibilidade de conexão natural entre sexo e reprodução. O séc. XIX está construindo um corpo, está dando limite a um corpo e está inventando uma coreografia sexual.

Quando comecei a estudar a genealogia política dos hormônios sexuais me dei conta que próximo àquele modelo de regime disciplinar - que Foucault descreveu e com o qual o feminismo *queer* (Teresa DeLauretis, Judith Butler e etc) continuou a trabalhar - há um outro regime, absolutamente diverso, de gestão do corpo e da sexualidade, de produção das identidades, que apareceu depois da Segunda Guerra Mundial. Chamei esse regime de farmacopornográfico - hoje pode soar estranho, mas daqui alguns dias, talvez, todas falarão de farmapornografia. Esse regime se caracteriza tanto por um abandono da noção de homossexualidade em termos médicos, quanto por uma fissura técnica entre sexualidade e reprodução.

Não se trata de uma extensão do velho programa, mas um programa novo de gestão biopolítica. Se desejamos pensar em modalidades de ação e resistência contemporâneas, é necessário saber quais são hoje as modalidades de produção do sexo e das identidades, de outras forma trabalharemos e lutaremos contra modelos do séc. XIX que não são mais presentes do ponto de vista médico e jurídico.

Nós nessa sala podemos nos tornar, a partir de hoje, uma assembleia constituinte. Somos tantas e tantos e podemos fazer de modo que nossas gramáticas conceituais e de ação intervenham nos processos biopolíticos de construção contemporânea do gênero. Em alternativa podemos continuar por anos a ainda falar de feminismo como fazíamos nos anos 70, e não acontecerá nada.

Depois da Segunda Guerra Mundial houve uma mudança nos regimes de controle do corpo, em parte relacionado as transformações da tecnologia da guerra em tecnologia de comunicação e entretenimento. As mudanças fundamentais que produziram uma ruptura naquela que era a modalidade disciplinar de produzir o corpo e a sexualidade são duas. A primeira é que no ano de 1947 foi inventado a noção de gênero, a segunda é que a reprodução e a sexualidade foram tecnologicamente separadas pela primeira vez na história.

Ocorre, habitualmente, de me deparar em debates em que colegas e amigas feministas pensam que a noção de gênero foi inventada por nós feministas, mas não, o gênero é uma noção médica, inventada em um hospital psiquiátrico. Então, creio que devemos posicionarmos criticamente também nos confrontos dessa noção e dos dispositivos biotecnológicos que essa implica. Por anos as feministas utilizaram a noção de gênero como construção social e cultural da diferença sexual, mas fazendo assim, perdemos de vista os processos biotecnológicos que nos trouxeram a sua invenção. Contarei a vocês agora. A noção de gênero nasce nos Estados Unidos e sua criação se deve a John Money, um psiquiatra da infância que a cria para superar a ideia

anatômica de sexo definido, de uma vez por todas, no nascimento. John Money propõe ao invés uma noção de gênero flexível e construído tecnicamente, que permite decidir se um bebê terá o gênero masculino ou feminino por meio de diversos processos cirúrgicos e hormonais que modificam o corpo daqueles que a medicina de então chamava neonatos intersexuais.

Em 1947 a instituição médica ganha consciência do fato de que existem mais de dois sexos ou, dito de outro modo, que é impossível visivelmente e morfologicamente determinar a verdade do sexo de um corpo. Havia, assim, um processo técnico para masculinizar ou feminilizar o corpo daqueles neonatos cujo sexo não era possível de classificar nas definições tradicionais de masculinidade e feminilidade. Isso significa que a medicina dos anos 40 praticou um essencialismo de tipo construcionista - e atenção: isso já gera impactos nas discussões sucessivas no feminismo.

A medicina dos anos 40 se dá conta que nem cromossomicamente, nem morfologicamente pode-se falar de masculinidade e feminilidade. Todavia, frente a essa ambiguidade ou multiplicidade radical propõe dois únicos modelos biológicos, podemos dizer biopolíticos, que requerem um conjunto de operações de mutilações sexuais, dado que os neonatos intersexuais serão mutilados em benefício da feminilidade. Creio que se o feminismo contemporâneo se posicionará de modo radical nos confrontos desses processos de construções biotecnológicas, primeiramente devemos refutar a designação sexual masculina ou feminina enquanto processo de normalização biopolítica do corpo.

Não me delongo sobre a questão dos neonatos intersexuais e sei que há pessoas na sala que não sabem o que é a intersexualidade, então, responderei às perguntas. Aquilo que quero dizer é: imaginem a força política que produziremos se as presentes - de forma individual, coletiva e de massa - fossem ao cartório ou qualquer outra instituição competente para requerer a anulação da designação sexual de seu próprio documento de identidade. Não se trata de mudar o sexo, mas de refutar o sistema biopolítico de designação sexual. Poderia ser um programa político de luta coletiva. Podemos dizer: a partir de amanhã faremos uma rede europeia, iremos a Bruxelas e diremos não, não aceitamos o seu regime de normalização do corpo. Não somos cúmplices das suas ficções biopolíticas, não as queremos, não queremos a masculinidade e a feminilidade. Imaginem a reviravolta política que isso poderia causar: colapsaria o sistema institucional europeu! Hoje a Europa está introduzindo leis sobre o matrimônio homossexual para acalmar-nos, para nos conceder acesso aos supostos privilégios da sociedade heterossexual. O matrimônio, eu as lembrarei, é também o único acesso aos programas de imigração: para um imigrante a única via de acesso a nacionalidade europeia, a parte de esperar anos para ser regularizado, é o matrimônio. A recusa à norma de designação sexual masculina e feminina comportaria a falência do sistema institucional europeu. Aquilo que deveria estar em crise não é o sistema econômico, mas o sistema biopolítico de produzir subjetividades. Essa crise podemos criá-la amanhã declarando-nos neutros, sem gênero, rejeitando coletivamente e em massa o sistema sexo-gênero. A partir daqui lanço um apelo, porque, daqui a pouco, iniciarei um procedimento para requerer a

Bruxelas que sejam eliminados o masculino e o feminino da minha carteira de identidade sem passar por um processo de mudança de sexo, e pedirei, então, a definição de neutro. Esse procedimento não terá repercussão política se for meramente individual, mas terá se for uma ação coletiva. Devemos nos voltar a Bruxelas em massa para requerer que se dê fim a nossa cumplicidade com aquele sistema brutal de definição, sistema que eu chamarei de violência institucional de gênero, imposição de um gênero masculino ou feminino ao nascer.

Como eu dizia, entre 1943 e 1953 a noção de gênero e a gestão dos corpos intersexuais aparece quase contemporaneamente a noção de transexualidade, que por uma gestão institucional, vai substituir as categorias precedentes de homossexualidade e heterossexualidade. Repensemos o que ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial: a invenção da noção de gênero, invenção da intersexualidade, invenção, então, daquilo que chamarei de nova estética política do corpo. A medicina utiliza tanto da cirurgia estética, que naturalmente não é considerada cirurgia estética, quanto dos hormônios para masculinizar ou feminilizar artificialmente o corpo dos neonatos.

Estamos de frente a uma nova gramática, estamos de frente a um novo conjunto de estratégias de gestão biopolítica. Não se trata mais da gestão tradicional feita por meio da homossexualidade e da heterossexualidade. Verão que não estamos nem ao menos na gestão disciplinar que consistia na combinação do sexo e da reprodução como fatos naturais. As técnicas disciplinares de controle do corpo e da sexualidade do século XIX eram técnicas externas, ortopédicas. Vale dizer que para normalizar um corpo era

necessário inseri-lo em uma arquitetura disciplinar: na prisão, no hospital psiquiátrico, no hospital, na fábrica, na família, ou seja, no espaço doméstico. O poder se dirigia a um corpo, trabalhava com um corpo controlado exteriormente, relacionando-se com ele por uma espécie de ortopedia externa. As instituições são maciças, duras, arquitetônicas e exatamente por isso são dificilmente transformáveis: possuem grande força e estabilidade. Essas são as instituições típicas do séc. XIX.

Esse novo regime de controle e produção da subjetividade, que chamei de farmacopornográfico, e direi por que, não vai substituir completamente as formas disciplinares de controle e produção do corpo, mas se sobrepõem a esse. Isso explica porque as nossas identidades sexuais e de gênero são hoje resultado de um embate, de um confronto, também de tensão e uma luta entre três regimes de controle e produção do corpo: o regime soberano, como parte da gestão da morte, do poder de dar a morte; do disciplinário, gerido através de instituições hospitalares, da escola, da família, do espaço doméstico; e por fim, o regime que utiliza um conjunto de novas técnicas que não são mais exteriores, mas biológicas. Se trata de moléculas, de fluidos que pela primeira vez entram a fazer parte do corpo e modificam a estrutura do vivente. É algo absolutamente novo, diferencia-se completamente daquilo que ocorria no séc. XIX e deve, então, modificar as nossas formas de reação política.

A técnica por excelência de controle do corpo do regime farmacopornográfico não é outra que aquela que foi euforicamente recebida pelo feminismo heterossexual dos anos 70: a pílula. Perceber isso fazendo

pesquisa foi quase uma surpresa. Como nunca fui heterossexual, nunca tomei a pilula. Para mim era um objeto totalmente estranho, tanto que nunca pensei em fazer uma pesquisa sobre. Mas obviamente, trabalhando sobre a história política dos hormônios me dei conta que um hormônio havia ocupado uma posição absolutamente chave tanto na gestão da reprodução quanto na invenção de um modelo novo de feminilidade. Comecei, então, a pesquisar sobre a pilula e não sei se sou a única pessoa que descobriu aquilo que descobri, nem sei se compreendo porque as feministas heterossexuais não estão na rua a gritar contra a pilula. Contarei a vocês brevemente a história da pilula porque não se compreende que coisa é o regime farmacopornográfico sem se refletir sobre o que é a pilula, e também porque oferecerá um modelo para pensar a política.

No mesmo período em que John Money inventa a noção de gênero no hospital psiquiátrico infantil usando hormônios para modificar o sexo dos neonatos intersexuais, no mesmo período em que Harry Benjamin está pela primeira vez inventando os protocolos de transexualidade, de mudança de sexo por meio dos hormônios, exatamente naquele momento, em 1947, inicia um programa de pesquisa para melhorar a fertilidade da família católica da classe média americana. É um programa que nasce em um laboratório, com financiamento católico, com o escopo de aumentar a fertilidade das famílias brancas americanas.

Ocorre, então, que por um lado William S. Johnson e por outro Gregory Pincus descobrem uma combinação de progesterona e estrogênio que impede o processo de concepção do óvulo. Podemos pensar que se

trata simplesmente de um método de gestão da reprodução, mas se verifica pela primeira vez na história uma separação técnica entre reprodução e sexualidade.

A pilula é o efeito secundário de um projeto que, no início, não há nada a ver com a contenção ou a limitação da reprodução. Esse projeto, que parece ou se apresenta orientado para gestão da reprodução, é na realidade um projeto eugenético, vale dizer um projeto de purificação da raça, e é também um projeto de produção técnica da feminilidade. Veremos por quê.

Primeiro elemento: a pilula foi testada e experimentada em mulheres negras da comunidade de Rio Piedras em Porto Rico com o objetivo fundamental de impedir a expansão da raça negra nos Estados Unidos. John Rock define Rio Piedras como *uma gaiola de fêmeas ovulantes*. É assim que a medicina pensa as destinatárias da pilula nos anos 40 e 50, e esses são os projetos de experimentação técnica elaborada nos anos antes que a pílula seja posta no mercado.

Portanto, primeiramente a pílula foi testada em uma situação colonial com o objetivo de impedir a reprodução e a expansão da raça negra nos Estados Unidos. Se explica assim porque as feministas negras foram as únicas a recusar tomar a pílula, e porque se criou nos Estados Unidos dos anos 60 uma fratura histórica no feminismo que por muito tempo ninguém compreendeu: parecia que as feministas negras possuíam uma ideologia particular da família, todavia eram as únicas suficientemente atentas aos processos técnicos de purificação da raça para dizerem que não desejavam o extermínio, e então para recusar a tomar a pilula.

Por outro lado, a pilula experimental dos anos 40 e 50 foi testada também nos hospitais psiquiátricos e nas prisões justamente para controlar a homossexualidade seja masculina ou feminina: pela primeira vez se utilizam os hormônios para gestão da homossexualidade. É algo de absolutamente novo. No contexto psiquiátrico as lésbicas serão experimentalmente tratadas com a pílula, com uma técnica que a medicina imaginava que poderia heterossexualizar as mulheres.

A pilula aparece também como uma técnica de gestão do gênero, dado que a primeira pilula, inventada entre o 1947 e 1957, elimina o ciclo menstrual e não será aceita pelo Instituto Nacional de Saúde Americano por ser considerada perigosa para a feminilidade das mulheres americanas. Esse mesmo instituto dará início a um segundo processo experimental que produzirá a pilula que conhecemos hoje, e que produz aquilo que já nos anos 50 a medicina definia como mimese do ciclo, imitação do ciclo natural.

Me interessa nessa definição especificamente o fato que já nos anos 50 a medicina fale de um processo de mimetização ou de imitação dos processos biológicos. Esse processo chamei de *bio drag*, utilizando uma noção americana que define *drag queen* ou *drag king* como construções performativas do gênero. Até agora utilizávamos o termo “*drag*” apenas para indicar estilos corpóreos e não processos biológicos. Mas o que está acontecendo de verdade nas formas farmacopornográficas de controle do corpo e da sexualidade é que as técnicas performativas são biotecnológicas, não são unicamente estilos corpóreos, nem técnicas unicamente discursivas.

Talvez possa parece estranho que todos esses processos se realizem

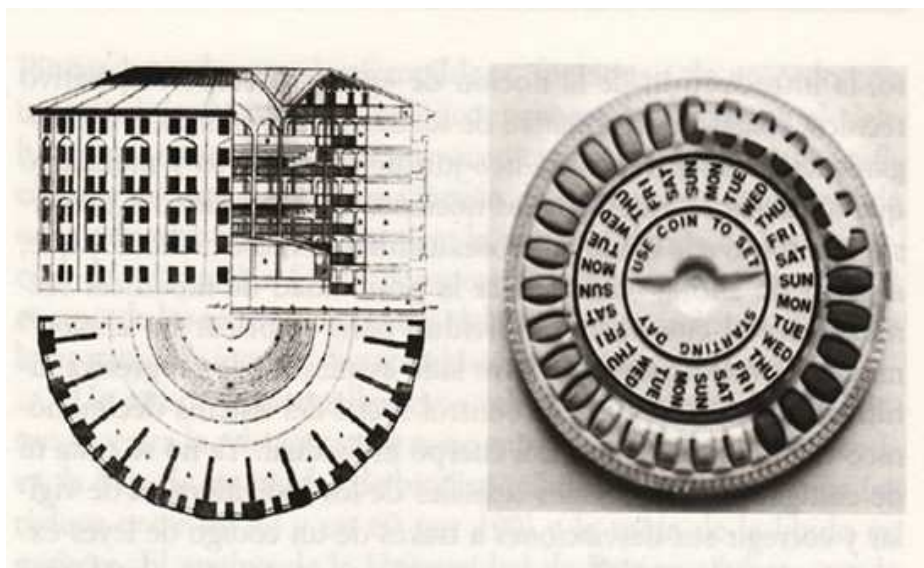
em cada um dos nossos corpos. Não creio que ninguém nessa sala possa dizer-se isento do processo de construção biotecnológica do gênero. Em qualquer momento de sua vida você poderá ser diagnosticada com uma excessiva produção de testosterona e então será recomendada uma cura, recomendarão a pilula para evitar pelos faciais, ou então deverão lutar contra um câncer utilizando técnicas de supressão hormonais. Talvez, estejam em um processo de mudança de sexo ingerindo hormônios, ou ainda tomam hormônios para fertilizar mais rapidamente o óvulo, no caso de desejarem engravidar, e etc.

Essas tecnologias não são nem estranhas, nem externas: são constitutivas do gênero e da sexualidade a partir dos anos 50. Pense que a pilula começa a ser vendida em 1957, e no ano de 1960 já existem dez milhões de consumidoras na América. A pilula é a substância mais vendida em toda a história da humanidade. Isso indica também uma relação muito estreita entre a produção da subjetividade e o capitalismo.

As técnicas de controle do corpo que, como eu falava, durante o séc. XIX eram fundamentalmente exteriores e rígidas - como o panóptico, que é como uma prisão onde o sujeito é controlado por um sistema arquitetônico ou por um sistema de visão circular - foi transformada agora em uma técnica microprostética que o corpo pode ingerir transformando-se em uma parte de seu sistema biológico.

Me interessa essa analogia [mostra na tela o desenho do panóptico]. Um dia enquanto trabalhava sobre a pilula e sobre os hormônios, tive um *insight*, me toquei da proximidade, da aproximação entre o modelo de

controle que Bentham denominou panóptico e que para Foucault caracterizava a modalidade de controle no séc. XIX, e as novas formas de controle biomoleculares que aparecem depois da segunda guerra mundial. Não estamos mais *no* panóptico, agora o engolimos!



E portanto, quais são hoje as formas de ação política capaz de fazer frente a esse novo regime de controle e de produção do corpo? Porque, é claro, não basta continuar a falar por anos em termos de identidade homossexual discutindo se dizemos homossexual, ou este ou aquele outro termo, quando os processos de produção contemporânea do corpo e da sexualidade já são outros. Há hoje discussões nas micro-comunidades transexuais e transgêneras das quais devemos tomar parte, porque o debate que se tem lugar na comunidade transexual e transgênero contra os processos de patologização da transexualidade é também o nosso debate.

O terceiro elemento que caracteriza o que denominei de regime farmacopornográfico de gestão do corpo e da subjetividade é a aparição da

pornografia como técnica de masturbação o de penemasturbação planetária. Isso é absolutamente diverso do que ocorria no séc. XIX, quando era necessário manter uma continuidade entre sexualidade e reprodução e por isso patologizou e perseguiu medicamente e juridicamente todas as práticas não reprodutivas, em particular a masturbação, doença sexual por excelência do séc. XVII ao final do XIX. Note a mudança absolutamente radical que se verifica nos anos 50 quando se passa da repressão da masturbação a um incitamento pene-masturbatório planetário como parte de um sistema de comunicação e produção de capital.

Durante o séc. XIX a masturbação era vista como uma perda de energia que deveria ser utilizada para trabalhar, enquanto nas configurações farmacopornográficas a masturbação é um processo de produção de subjetividade e de capital imprescindível para o capitalismo contemporâneo. Esse fato é a força que tem modernizado todo o nosso sistema contemporâneo de comunicação, da televisão, aos vídeos, a internet. Nesse capitalismo farmacopornográfico a produção do prazer, a produção da sexualidade, a produção dos afetos é transformada em uma força de produção de capital. Não é mais unicamente um elemento ou, se preferir, um braço da gestão política; agora é também uma das bases do capitalismo contemporâneo. Por isso digo que a gestão da crise e a reflexão sobre a crise dizem respeito ao limite da produção da subjetividade contemporânea.

Até aqui busquei fornecer um mapa das novas gramáticas dos dispositivos de produção e de construção do gênero e da identidade contemporânea. Como dizia, insisto, o fato de que as noções de

intersexualidade, transexualidade, gênero, que o aparecimento da questão farmacológica com a pilula, ou que surja a pornografia como cultura de massa, não quer dizer que estejamos de todo livres dos modelos tradicionais e disciplinários da homossexualidade e da heterossexualidade ou dos modelos soberanos de gestão do corpo. Quer dizer que vários sistemas se sobrepõem e entram em conflito. Isso é difícil e um terreno extraordinariamente complexo da ação feminista hoje: o acavalar-se, a interseção, a fricção dessas três formas completamente diversas. Estamos já longe do anti-Edipo e da esquizofrenia; é talvez uma questão de personalidades múltiplas, de psicose coletiva, no sentido que acumulamos modelos de produção da sexualidade e da subjetividade que são absolutamente divergentes.

Quando alguém pergunta que coisa você é, qual é seu gênero, ou qual é o seu sexo, você deve responder segundo o modelo de subjetivação. Segundo o modelo de subjetivação soberana sou mulher, segundo o modelo de subjetivação disciplinária sou homossexual ou fetichista, masturbadora ou viril..., segundo o modelo de gestão farmacopornográfica sou transgênera.

Nenhuma dessas identidades é ontológica, nenhuma dessas existe realmente: existem em uma trama de relações de poder e, então, o que podemos fazer coletivamente é definir onde e como desejamos situar-nos. Não se trata mais de essencialismo estratégico, mas de um posicionamento estratégico múltiplo que já é dado, no sentido que é o poder que está a praticar o essencialismo estratégico, não somos nós. Darei apenas dois exemplos.

O primeiro é a questão da violência de gênero, um problema terrível,

absolutamente dramático no caso da Espanha, assim como creio no caso Italiano. O que ocorre na violência de gênero? Ocorre que também intervêm os três modelos de produção e controle do corpo. De uma parte o modelo soberano, dado que os biohomens, ou seja, aqueles corpos que foram definidos homens no regime disciplinar, continuam a exercer o seu poder sobre as mulheres de maneira soberana, isto é, como poder de dar a morte. É assim que se legitima a masculinidade, e essa forma de legitimação da masculinidade não é nem moderna, é premoderna, é teológica, é anterior ao séc. XVIII, é anterior a aparição dos regimes democráticos. Esse é o modo de produção da masculinidade com que funciona parte da nossa sociedade contemporânea, com um modo soberano, premoderno, predemocrático. Ao mesmo tempo, hoje - não sei exatamente qual é a legislação na Itália, mas posso dizer qual é na França ou Espanha - aplica-se aos homens machistas violentos uma terapia que consiste em uma androcúra, ou seja, na aplicação de uma série de hormônios que impedem a ativação da testosterona. Então, o tratamento institucional, jurídico que a sociedade contemporânea propõem para a violência de gênero é farmacopornográfico: feminiliza o corpo dos homens violentos que aceitam esses processos de terapia bioquímica. Estamos observando uma conexão perversa entre duas modalidades de controle do corpo, de uma parte soberano e da outra farmacopornográfico, da qual é obtida a ideia de tratar com uma técnica hormonal os excessos soberanos do desejo, ou das expressões do poder como poder de dar a morte.

Segundo exemplo, observemos a diferença entre dois órgãos que

todos e todas nessa sala possuem: o nariz e o sexo. O que ocorre com o nariz? Se qualquer uma aqui desejar mudar a morfologia de seu nariz pode recorrer as instituições médicas e podem comprar uma nasoplastia. O nariz, o nariz de vocês, é um objeto do mercado neoliberal. Mas e o sexo? Pensemos que um de vocês deseje modificar a aparência de seu órgão sexual. Modificar a aparência significa que pode-se querer ter dois pênis, ou fechar completamente a própria vagina, abrir uma segunda vagina, ou utilizar o ânus como vagina, etc. Todos esses tipos de operação são ilegais. Para escolher aquilo que se chama mudança de sexo é necessário passar por um protocolo psiquiátrico. De que regime se trata? De uma parte daquele disciplinário, que controla o corpo por meio das instituições psiquiátricas e jurídicas, conexo, entretanto, em parte a um regime soberano em que o último proprietário de nossos órgãos sexuais é o Estado, ou Deus.

Isso quer dizer que se alguém aqui nessa sala hoje atinge uma condição de felicidade ou de harmonia psicopolítica é brava/o, porque de fato é impossível. Percebam que é biopoliticamente impossível! Por que? Porque o conflito entre os modelos de subjetivação tem lugar dentro de nosso próprio corpo. Vale dizer que há uma luta entre o nariz neoliberal e o sexo teocrático, a mão masturbadora, o útero reprodutor e o seio que aleita...

Esse é o corpo contemporâneo. E de frente a esse corpo o feminismo contemporâneo pode inventar novas estratégias de luta que são, como eu dizia, a negação dos protocolos de designação do sexo ao nascimento, a negação da patologização da transexualidade e as políticas performativas: *drag queen*, *drag king*, *drag whatever*. Isto é, *drag everything*, vendo aquilo

que a política está fazendo conosco. Façamos de Berlusconi uma drag queen e vamos as ruas!

As políticas pós-pornográficas. Muitas feministas não compreendem porque as novas gerações de feministas passam todo o tempo a fazer pornô e a contar as suas aventuras sexuais na internet ou na rua colocando *dildos* em todas as partes. Mas as políticas pós-pornográficas são uma reação crítica ao monopólio dos discursos e das representações do sexo e da sexualidade que propõe a pornografia dominante. Não estamos mais no séc. XIX. Acorda! Estamos nos 2000 e a sexualidade já está constantemente construída por meio de representações pornográficas e não é mais possível escolher a não representação da sexualidade porque sem representações não há sexualidade. A única coisa que podemos escolher é uma forma de proliferação crítica das representações sexuais.

Nessa situação complexa devemos tratar de, coletivamente, estabelecer alianças, talvez com quem primeiramente era impensável, e criar técnicas de resistência aos diversos regimes de controle e produção da subjetividade. Talvez, seja claro, de maneira suficientemente crítica e distanciada, porque centrar-se em uma posição identitária beneficiará apenas aos processos de normalização.

É necessário, então, realizar aquilo que Teresa De Lauretis e Rosie Muñoz chamaram, há tempo, de processo de desidentificação crítica. Processos que permitem elaborar estratégias capazes de lutar contra os diversos regimes de normalização do corpo e da sexualidade.

Nesse sentido, as nossas alianças mais próximas devem ser

Preciado

Transfeminismo no Regime Farmaco-pornográfico

transgênicas, transexuais, anticoloniais. Essas são as nossas alianças, esse é o lugar do feminismo hoje.